

Governo controlará seguro-saúde, medicina de grupo e cooperativas

Alan Marques

O ministro da Saúde, Adib Jatene, instituiu um grupo de trabalho para estudar a regulamentação dos planos de saúde privados. Sem a existência de normas próprias, as empresas com características de cooperativas médicas solicitam registro ao Ministério da Agricultura, enquanto as instituições de seguro-saúde obtêm o credenciamento junto ao Ministério da Fazenda. Na cartona da regulamentação, o ministro Adib Jatene pretende acabar com o subsídio indireto do Governo, que investe recursos públicos no atendimento médico a associados dos planos particulares.

Por determinação de Adib Jatene, técnicos do Ministério estão discutindo a regulamentação do setor com representantes de empresas de seguro-saúde, cooperativas médicas, instituições de medicina de grupo, e com integrantes dos conselhos de medicina e dos hospitais privados contratados pelos planos de saúde para prestação de serviços. "O que acontece é a inexistência de qualquer tipo de controle sobre essas entidades", afirmou Ernani Motta, assessor de Secretaria Executiva do Ministério. "Essas empresas privadas de saúde atuam

mento médico a associados de plano privados é analisado como questão ética. "Não é ético que um indivíduo associado a um determinado plano seja atendido no setor público e a empresa simplesmente não pague por isso; afinal ela se responsabilizou pelos serviços médicos da pessoa", argumentou Motta. Em geral, segundo ele, os serviços de alta complexidade, como transplantes, e o atendimento de emergência, só estão disponíveis nos hospitais públicos.

A regulamentação das empresas privadas de saúde também é preocupação da Comissão de Seguridade Social da Câmara, que criou uma comissão especial para elaboração de uma proposta de projeto de lei sobre o assunto. A intenção é atribuir ao Ministério da Saúde o controle sobre estas empresas, segundo o deputado Euler Ribeiro (PMDB-AM), presidente da Comissão.

“Pretendemos apresentar um texto que, principalmente, preserve a ética e os direitos do consumidor”, explicou Ribeiro, que ontem ouviu representantes do Procon de São Paulo e o promotor de Justiça do Direito de Defesa do Consumi-

de US\$ 665 milhões em 1993 para US\$ 581 milhões em 1994, e não devem passar de US\$ 550 milhões este ano.